



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

for  
1

**SEGUNDA CÂMARA CÍVEL**

**RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO Nº 0288558-1 – GARANHUNS/PE**

**AGRAVANTE:** BANCO PINE S/A

**ADVOGADO:** Higino Luiz Araújo Marinsalta (OAB/PE 25.616)

**AGRAVADO:** FRANCISCO CAMPOS SOUTO

**ADVOGADO:** Ricardo Miranda Carvalho (OAB/PE 17.994)

**RELATOR:** DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

**DATA DO JULGAMENTO:** DE DE 2013

**EMENTA – AGRAVO REGIMENTAL CONVERTIDO EM RECURSO DE AGRAVO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. MANUTENÇÃO DA DECISÃO TERMINATIVA.**

1. Aplicação da fungibilidade recursal, consoante súmula nº 42 deste E. Tribunal, que determina que “são fungíveis os agravos regimental e legal”.

2. No caso em apreço o consumidor foi vítima de atividade criminosa, sendo de fácil percepção não ter sido ele quem realizou negócio jurídico com o banco apelante, que, diga-se, não se desincumbiu do estabelecido no Art. 333, II, do CPC.

3. Desta feita, estando presentes a conduta ilícita, consubstanciada na falta de cuidado objetivo da empresa apelante, o dano *in re ipsa*, ante os descontos indevidos na aposentadoria do apelado, bem assim o nexo de causalidade entre o primeiro e o segundo elementos, no que se impõe, indiscutivelmente, a condenação a título de danos morais.

4. Por fim, o apelante contesta o valor estipulado a título de honorários advocatícios, qual seja 20% (vinte por cento) do valor da condenação. Há de ser mantido o referido *quantum*, uma vez que, diante do que preceitua o §3º do Art. 20 do CPC e levando-se em consideração os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, está perfeitamente condizente com o tempo despendido e os serviços prestados pelo procurador do apelado.

5. Foi dado provimento parcial ao apelo interposto pelo apelante, com fundamento no Art. 557, §1º-A do Código de Processo Civil, tão somente para que a devolução das parcelas referentes aos empréstimos nº 509071039969 e 500015606592 seja feita de forma simples, mantendo-se a sentença de 1º grau nos seus demais termos.

6. Recurso de Agravo improvido, sendo mantida, na íntegra, a decisão terminativa de lavra deste relator, proferida nos autos do recurso de apelação.



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Agravo na Apelação nº 0288558-1, em que são partes as acima nominadas, acordam os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível deste Tribunal, à unanimidade, negar provimento ao recurso, na conformidade do voto do relator e do termo de julgamento que integram o presente aresto.

Recife, 25 de 09 de 2013.

  
Alberto Nogueira Virgínio  
Desembargador Relator



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virginio

102  
1

**SEGUNDA CÂMARA CÍVEL**

**AGRAVO REGIMENTAL NA APELAÇÃO Nº 0288558-1 – GARANHUNS/PE**

**AGRAVANTE:** BANCO PINE S/A  
**ADVOGADO:** Higino Luiz Araújo Marinsalta (OAB/PE 25.616)  
**AGRAVADO:** FRANCISCO CAMPOS SOUTO  
**ADVOGADO:** Ricardo Miranda Carvalho (OAB/PE 17.994)  
**RELATOR:** DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

**RELATÓRIO**

Trata-se de agravo regimental interposto em face da decisão terminativa de minha lavra (fls. 83/85), proferida nos autos da apelação em apenso, através da qual dei provimento parcial ao apelo, com fundamento no Art. 557, §1º-A, do Código de Processo Civil.

Alega o banco agravante, em síntese, que não cometeu nenhum ato ilícito, o que descarta a possibilidade de indenização por danos morais e, caso seja mantido o referido dano, seu valor seja arbitrado com moderação.

Pugna, por fim, pela minoração do percentual deferido a título de honorários advocatícios, por entender que não houve grande dispêndio de tempo e alto grau de complexidade da causa.

É o relatório. Independente o feito de pauta, apresento-o em mesa, nos termos do Art. 557, §1º do CPC.

Recife, 25 de setembro de 2013.

  
Alberto Nogueira Virginio  
Desembargador Relator



103  
1

**SEGUNDA CÂMARA CÍVEL**

**AGRAVO REGIMENTAL NA APELAÇÃO Nº 0288558-1 – GARANHUNS/PE**

**AGRAVANTE:** BANCO PINE S/A  
**ADVOGADO:** Higino Luiz Araújo Marinsalta (OAB/PE 25.616)  
**AGRAVADO:** FRANCISCO CAMPOS SOUTO  
**ADVOGADO:** Ricardo Miranda Carvalho (OAB/PE 17.994)  
**RELATOR:** DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

**VOTO DO DES. RELATOR**

De proêmio, cumpre esclarecer que, não obstante a parte recorrente tenha interposto agravo regimental contra a decisão que negou provimento à apelação, ao invés do recurso de agravo previsto no parágrafo primeiro do Art. 557 do CPC<sup>1</sup>, por se tratar de decisão ancorada no *caput* do citado dispositivo, tal equívoco pode ser facilmente superado com a aplicação da fungibilidade recursal, consoante entendimento consolidado por este E. Tribunal, através da súmula nº42, que foi editada com o seguinte enunciado: “São fungíveis os agravos regimental e legal”.

Desse modo, recebo o presente agravo regimental como recurso de agravo.

Não há qualquer razão a justificar a reforma da decisão terminativa lançada nos autos da apelação em apenso, através da qual dei provimento parcial ao apelo, com fundamento no Art. 557, §1º-A, do Código de Processo Civil.

Ao mais, não vislumbrei nenhum fato ou argumento novo trazido no bojo do presente recurso, de modo que reitero os fundamentos tecidos no *decisum* hostilizado, os quais adoto como razões de decidir, que foram vazados nos seguintes termos:

[...]Compulsando os autos, observo que o autor/apelado afirma nunca ter realizado contrato com a empresa recorrente, razão pela qual teria se surpreendido com os descontos efetuados em folha de pagamento de sua aposentadoria.

De pronto, urge esclarecer que a relação jurídica envolvendo as partes rege-se pelas normas do direito consumerista, em virtude do enquadramento dos conceitos de consumidor (Art. 2º), fornecedor de serviços (Art. 3º, *caput*) e natureza da atividade desenvolvida (Art. 3º, §2º) definidas pelo Código de Defesa do Consumidor.

Diante da teoria do risco da atividade, é assente na jurisprudência pátria que o fornecedor de produto e o prestador de serviços responderão por transações perpetradas mediante fraude, por não se cercar das cautelas necessárias para certificar a verdadeira identidade do contratante-falsário.

<sup>1</sup> Art. 557. O relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior.

§ 1º Da decisão caberá agravo, no prazo de cinco dias, ao órgão competente para o julgamento do recurso, e, se não houver retratação, o relator apresentará o processo em mesa, proferindo voto; provido o agravo, o recurso terá seguimento. (Incluído pela Lei nº 9.756, de 17.12.1998)



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínia

De fato, entendo que o consumidor foi vítima de atividade criminosa, sendo de fácil percepção não ter sido ele quem realizou negócio jurídico com o banco apelante, que, diga-se, não se desincumbiu do estabelecido no Art. 333, II, do CPC.

Por conseguinte, vislumbro estarem presentes a conduta ilícita, consubstanciada na falta de cuidado objetivo da empresa apelante; o dano *in re ipsa*, ante os descontos indevidos na aposentadoria do apelado, bem assim o nexo de causalidade entre o primeiro e o segundo elementos, no que se impõe, indiscutivelmente, a condenação a título de danos morais.

Nesse sentido, vejamos o julgado abaixo:

RESPONSABILIDADE CIVIL. DANO MORAL CARACTERIZADO. INSCRIÇÃO INDEVIDA JUNTO AOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DANO MORAL PURO. FRAUDE PRATICADA POR TERCEIRO. EMPRESA QUE NÃO ADOTOU AS CAUTELAS NECESSÁRIAS PARA EVITAR A CONTRATAÇÃO INDEVIDA. MANUTENÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO, EIS QUE ADEQUADO AOS PARÂMETROS HABITUALMENTE FIXADOS, PELAS TURMAS RECURSAIS. - Indícios de fraude. Empresa requerida que não se desincumbiu do ônus que lhe competia de comprovar que o débito motivador da inscrição foi efetivamente contraído pela parte autora. - Ainda que a empresa requerida tenha supostamente tomado as cautelas necessárias no momento da contratação, a fim de certificar-se sobre quem estava contratando e a documentação pessoal respectiva, fato é que tal não foi suficiente, pois contratação não autorizada foi celebrada em nome da autora. Risco de fraude oferecido pelo negócio e assumido pela ré ao disponibilizar tal serviço. Portanto, os prejuízos decorrentes devem ser por ela suportados. - A responsabilidade recai sobre a instituição responsável pela inscrição, mesmo na hipótese de fraude de terceiro, porque o abalo de crédito foi causado diretamente por ela, não pelo terceiro, contra quem assiste à demandada direito de regresso. - [...] (TJRS. Recurso Cível Nº 71003169679, Primeira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Heleno Tregnago Saraiva, Julgado em 15/09/2011, sem grifos no original).

Outrossim, é também o entendimento da jurisprudência pátria, que descontos indevidos advindos de contrato de empréstimo consignado em folha de pagamento, dão ensejo à indenização por danos morais:

APELAÇÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO. DESCONTO INDEVIDO EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. DANO MORAL CONFIGURADO. O desconto indevido sobre benefício previdenciário, sem autorização do titular, gera dano moral indenizável em virtude da conduta negligente da instituição financeira, sobretudo porque o ato praticado atingiu direito personalíssimo do autor (verba alimentar), ultrapassando o limite do mero aborrecimento, a teor do disposto no art. 5º, V e X, CF. A responsabilidade civil do demandado é objetiva. Exegese dos arts. 14 e 17, CDC. Aplicação da teoria do risco da atividade, devendo o



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgílio

104

fornecedor responder pelos danos que causar a terceiros, independentemente de culpa, não podendo repassar ao consumidor os danos dela decorrentes. Ausência de excludentes de responsabilidade civil. Presença, in casu, de nexo causal entre a conduta da parte demandada e o prejuízo sofrido pelo autor. [...] (Apelação Cível Nº 70039532163, Décima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ivan Balson Araújo, Julgado em 15/12/2011).[..]

É cediço que a reparação do dano moral há de ser arbitrada em consonância com as circunstâncias de cada caso e tendo em vista as posses do ofensor e a situação pessoal do ofendido, evitando-se, porém, que se converta em fonte de enriquecimento ou se torne inexpressiva.

Assim, verifico merece ser mantido o *quantum* indenizatório no patamar de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), uma vez que se adequa ao princípio da proporcionalidade e razoabilidade.

Com relação à reparação por danos materiais, qual seja a restituição do valor dos descontos efetuados nos proventos do apelado, cuido que a mesma há de ser mantida face à atitude ilícita do banco apelante ao efetuar descontos consignados em aposentadoria do apelado, todavia, descabe a restituição em dobro, uma vez que já é consolidado na jurisprudência que só cabe devolução em dobro em caso de má-fé do banco, o que não é o caso dos autos, onde o apelante também foi lesado pela ação a fraudulenta de terceiros.

Nesse sentido, podemos colacionar o aresto do Egrégio Superior Tribunal de Justiça:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO. SACRE. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS NºS 5 E 7/STJ. DEVOLUÇÃO EM DOBRO. NÃO OCORRÊNCIA DE MÁ-FÉ.1. [...]. A devolução em dobro dos valores pagos a maior pelo mutuário somente é cabível em caso de demonstrada má-fé, o que não foi comprovado na hipótese dos autos. Precedentes.3. Agravo regimental não provido.(STJ, AgRg no REsp 1203669/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/06/2013, DJe 26/08/2013).

Por fim, o apelante contesta o valor estipulado a título de honorários advocatícios, qual seja 20% (vinte por cento) do valor da condenação. Entendo que o referido *quantum* há de ser mantido, uma vez que, diante do que preceitua o §3º do Art. 20 do CPC<sup>2</sup> e levando-se em consideração os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, está perfeitamente

<sup>2</sup> § 3º Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez por cento (10%) e o máximo de vinte por cento (20%) sobre o valor da condenação, atendidos: a) o grau de zelo do profissional; b) o lugar de prestação do serviço; c) a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

RS



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio**

condizente com o tempo despendido e os serviços prestados pelo procurador do apelado.


Ante o exposto, DOU PROVIMENTO parcial ao apelo interposto pelo apelante, com fundamento no Art. 557, §1º-A do Código de Processo Civil, tão somente para que a devolução das parcelas referentes aos empréstimos nº 509071039969 e 500015606592 seja feita de forma simples, mantendo-se a sentença de 1º grau nos seus demais termos. [...]

Nesse passo, não vislumbro, *in casu*, fundamentação suficiente para reformar a decisão hostilizada, que deve ser mantida em todos os seus termos.

Ante o exposto, NEGO PROVIMENTO ao presente recurso de agravo, mantendo, na íntegra, a decisão terminativa da minha lavra, proferida nos autos da apelação em apenso.

É como voto.

Recife, 25 de 09 de 2013.

  
**Alberto Nogueira Virgínio**  
**Desembargador Relator**